

**PRECONCEITO LINGÜÍSTICO E EXCLUSÃO
SOCIAL NA NORMALIDADE E NAS CHAMADAS
“PATOLOGIAS DE LINGUAGEM”**

Rosana do Carmo NOVAES-PINTO¹

Resumo: Este artigo discute questões relativas ao preconceito lingüístico e à exclusão social, tanto na “normalidade”, quanto nas chamadas *patologias de linguagem*. No primeiro caso, refere-se ao preconceito contra variedades lingüísticas desprestigiadas, dos falantes das classes sociais menos favorecidas, aos quais se atribui o rótulo de que “não sabem falar”. Em seguida, trata do preconceito contra indivíduos cuja linguagem foi comprometida por síndromes orgânicas ou neuropsicológicas (como nas *afasias* e outros distúrbios cognitivos) e também contra a linguagem dos idosos, situada na tênue linha que separa normalidade e patologia. O tema é abordado sob a perspectiva da Lingüística - ciência que busca descrever e explicar a natureza e o funcionamento da linguagem, dissipando preconceitos lingüísticos e sociais - e também da Neurolingüística Discursiva, desenvolvida no IEL/UNICAMP.

Palavras-chave: Preconceito lingüístico. Patologias de linguagem. Exclusão social.

¹ Doutora em Lingüística da UNICAMP, área de Neurolingüística. Pós-Doutorado em Neuropsicologia (FCM/ UNICAMP). Docente do Departamento de Lingüística do IEL (Instituto de Estudos da Linguagem) UNICAMP e Coordenadora Associada do Curso de Fonoaudiologia (FCM/UNICAMP). Responsável pelo Grupo III do CCA (Centro de Convivência de Afásicos), do LABONE (Laboratório de Neurolingüística), IEL/ UNICAMP. Cidade Univ. Zeferino Vaz, s/n, B. Geraldo, CEP 13084-971, Campinas, S. P. E-mail: ronovaes@terra.com.br

Preconceito lingüístico e exclusão social²

*Uma variedade lingüística vale o que valem na
sociedade seus falantes, isto é, vale como
reflexo do poder e da autoridade que eles têm
nas relações econômicas e sociais.*

(Maurizio Gnerre)

A motivação para escrever sobre o tema do preconceito lingüístico e da exclusão social que ele gera, tanto na normalidade³ como nas patologias, incluindo questões sobre a linguagem dos idosos, deve-se, sobretudo, à possibilidade de abordá-lo, nesta revista, sob uma concepção de “língua” e de “linguagem” *avessa* àquela geralmente veiculada pela mídia, pelas escolas, pelas elites dominantes. A ciência que orienta estas reflexões é a Lingüística, que tem por objetos de estudo a linguagem humana, mais amplamente, e também as línguas naturais – sua descrição e funcionamento.

Por mais diversas que possam ser as correntes da Lingüística que se debruçam sobre os fenômenos de língua(gem), todas têm em comum um ponto de partida: todas as línguas naturais mudam ao longo do tempo e variam segundo fatores geográficos, históricos, sociais e estilísticos. Uma das principais causas das mudanças (que são inevitáveis) é a heterogeneidade sincrônica, isto é, a variação entre os modos de

² Agradeço imensamente a leitura cuidadosa, os comentários e sugestões sobre este texto aos colegas do Departamento de Lingüística do IEL/UNICAMP, Prof. Dr. Sírio Possenti e Profa. Dra. Tania Alkmim, às amigas e parceiras de trabalho Profa. Dra. Ivone Panhoca (PUC-Campinas), Ana Paula O. Santana (Univ. Tuiuti/PR), Nirvana Sampaio (UESB) e Vera Maria N. Smolentzov (FAC-FEA) e às minhas orientandas de Pós-Graduação Marylin Firmino, Rosangela Andrade e Solange Marchioni. Qualquer equívoco que este texto possa apresentar, entretanto, é de minha inteira responsabilidade.

³ Vale ressaltar que nos referimos, neste texto, à noção de “normalidade” quando não há indícios de alterações, ou seja, fora do âmbito das patologias de causas orgânicas ou síndromes neuropsicológicas. Não afirmamos, entretanto, que *normalidade* e *patologia* estejam em eixos extremos e opostos. Pelo contrário, adotamos a perspectiva de Canguilhem (1995), autor que trata da relação entre o normal e o patológico num *continuum* e que vê os sintomas de uma doença como a busca de um equilíbrio pelo organismo.

se falar uma “mesma língua”. Alkmim (2001, p. 39) chama a atenção para o fato de que “em qualquer comunidade que fala podemos observar a coexistência de um conjunto de variedades lingüísticas”. Entretanto, essa coexistência “não se dá no vácuo, mas no contexto das relações sociais estabelecidas pela estrutura sociopolítica de cada comunidade”. Segundo a autora, há uma ordenação valorativa das variedades lingüísticas em uso: algumas consideradas superiores, outras inferiores, refletindo dessa forma a hierarquia dos grupos sociais.

As variantes faladas pelos grupos de prestígio são consideradas pelos gramáticos como sendo as corretas, são cristalizadas pela escrita e circulam nas esferas e gêneros do discurso mais complexos, herméticos para grande parte da população - sobretudo os textos de conteúdos científicos, econômicos e políticos.

Possenti (1996) lembra que os gramáticos tradicionais não negam que uma língua mude ao longo dos séculos. Muitos, inclusive, dedicam-se à descrição de como uma língua mudou até chegar ao seu estado atual, mas, pelo menos aparentemente, rejeitam o fato de que continue mudando e vêem os fenômenos de mudança como degeneração de uma língua mais pura, mais correta. Tal “degradação”, para os gramáticos tradicionais, teria como agentes os próprios falantes, que desconheciam as regras da língua e iriam perpetuando formas “erradas” e “vícios de linguagem”. Mas foi justamente assim que a atual variante-padrão da língua chegou ao seu estado, originando-se do chamado “latim vulgar”, falado pelo povo e também pelos soldados que expandiram o império romano. Não foi do latim culto, falado pelo clero e pelos aristocratas que as línguas românicas foram lentamente sendo desenvolvidas.

Portanto, o maior problema está em não aceitar o fato de que a língua continua mudando, ou compreender a mudança como

“degeneração”, conforme afirma Possenti (1996).

Gnerre sintetiza algumas dessas questões na seguinte passagem, que inclui a epígrafe deste texto:

Uma variedade lingüística “vale” o que “valem” na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais. Esta afirmação é válida, evidentemente, em termos “internos”, quando confrontamos variedades de uma mesma língua, e em termos “externos” pelo prestígio das línguas no plano internacional. Houve época em que o francês ocupava a posição mais alta na escala de valores internacionais das línguas, depois foi a vez da ascensão do inglês. O passo fundamental na afirmação de uma variedade sobre as outras é sua associação à escrita e, conseqüentemente, sua transformação em uma variedade usada na transmissão de informações de ordem política e “cultural”. A diferenciação política é um elemento fundamental para favorecer a diferenciação lingüística (...). (GNERRE, 1985, p. 4)

Apesar do grande avanço que já houve na incorporação das teorias lingüísticas nos documentos que devem orientar as políticas públicas de educação, como por exemplo, o texto dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), muitos equívocos continuam dominando as salas de aula em todos os níveis de educação – da alfabetização à formação de professores – respaldados por um falso cientificismo e continuam gerando muitos preconceitos contra a língua(gem) de grupos minoritários. Alheias às pesquisas lingüísticas desenvolvidas ao longo do século XX, algumas áreas continuam a reconhecer e a valorizar apenas uma das variantes da

língua, elevada a “padrão” ou “cultura”, que se tornou parâmetro não só para a língua escrita, mas também para a língua oral. Alkmim (2001) afirma que em sociedades como a nossa a questão da língua padrão tem uma enorme importância. Seu uso é requerido em determinadas situações de interação, a depender do assunto tratado, do grau de formalidade da situação, da relação entre os interlocutores. Nas palavras da autora:

A variedade padrão de uma comunidade – também chamada de norma culta, ou língua culta – não é, como o senso comum faz crer, a língua por excelência, a língua original, posta em circulação, da qual os falantes se apropriam como podem ou são capazes. O que chamamos de variedade padrão é o resultado de uma atitude social ante a língua, que se traduz, de um lado, pela seleção de um dos modos de falar entre os vários existentes na comunidade e, de outro, pelo estabelecimento de um conjunto de normas que definem o modo “correto” de falar. Tradicionalmente, o melhor modo de falar e as regras do bom uso correspondem aos hábitos lingüísticos dos grupos socialmente dominantes. Em nossas sociedades de tradição ocidental, a variedade padrão, historicamente, coincide com a variedade falada pelas classes sociais altas, de determinadas regiões geográficas. Ou melhor, coincide com a variedade lingüística falada pela nobreza, pela burguesia, pelo habitante de núcleos urbanos, que são centros do poder econômico e do sistema cultural predominante. (ALKMIM, 2001, p. 40)

Alkmim retoma de Fishman (1970) a idéia de que “uma variedade padrão representa o ideal da homogeneidade em meio à realidade concreta da variação lingüística”. Isso explica o fato de que uma

padronização é sempre historicamente definida, ou seja, “cada época determina o que considera como forma padrão: determinadas pronúncias, construções gramaticais e expressões lexicais”. Assim como as línguas nunca deixam de mudar, muda também a definição do que é certo, adequado ou agradável.

A sociolingüística - área da Lingüística que aborda os fatos de linguagem considerando a relação entre língua e sociedade - respalda-se tanto nos fenômenos da mudança como da variação lingüística para tratar, cientificamente, das questões relativas à variação e ao preconceito que se tem contra os falantes de uma língua. Um exemplo para ilustrar esta questão é o fenômeno da concordância. No português padrão há marcas redundantes de plural, que do ponto de vista lógico são desnecessárias. Em uma frase como: *As casas velhas da rua XV de Novembro serão demolidas* temos cinco marcas de plural. Nas variantes não-padrão, por sua vez, o plural é marcado em apenas um elemento, geralmente no artigo, o que é suficiente para veicular a mesma informação. Trata-se de uma língua *enxuta*, característica de muitas comunidades de fala rurais ou de grupos sociais, que podemos ilustrar com alguns dos versos da música “Cuitelinho”, do nosso folclore: *Cheguei na bera do porto onde as onda se espaia, as garça dá meia volta, senta na bera da praia, e o cuitelinho não gosta que o botão de rosa caia...* O mesmo fenômeno da eliminação das redundâncias é verificado também em línguas como o inglês e o francês. Em inglês, aprendemos que basta colocar o substantivo no plural, como em: “The nice french visitors will arrive tomorrow”. Já no francês, embora a língua escrita exija a marca “s” de plural, na oralidade apenas a pronúncia dos artigos se diferencia (*le* no singular, *les* no plural), como em “Le belle fleur rouge” e “Les belles fleurs rouges”. Os “s” do substantivo e dos adjetivos não são pronunciados. Todas essas

características são resultados dos fenômenos de variação e de mudança lingüística e, como vimos, a sociolingüística se ocupa de explicar de forma científica tais ocorrências, revelando uma vez mais que o preconceito lingüístico não tem fundamento. Para encerrarmos a discussão deste ponto, recorreremos novamente a Alkmim:

A avaliação social das variedades lingüísticas é um fato observável em qualquer comunidade de fala. Frequentemente, ouvimos falar em línguas “simples”, “inferiores”, “primitivas”. Para a Lingüística, esse tipo de afirmação carece de qualquer fundamento científico. Toda a língua é adequada à comunidade que a utiliza, é um sistema completo que permite a um povo exprimir o mundo físico e simbólico em que vive. É absolutamente impróprio dizer que há línguas pobres em vocabulário. Não existem também sistemas gramaticais imperfeitos. Seria um contra-senso imaginar seres humanos com uma “meia língua” (...). Assim como não existem línguas “inferiores”, não existem variedades lingüísticas inferiores. As línguas não são homogêneas e a variação observável em todas elas é produto de sua história e do seu presente. (ALKMIM, 2001, p. 41)

Diante disso, a autora questiona sobre em que se baseiam as avaliações sociais feitas a respeito de uma determinada língua ou variante lingüística e afirma que:

(...) os julgamentos sociais ante a língua – ou melhor as atitudes sociais – se baseiam em critérios não lingüísticos – são julgamentos de natureza política e social. Não é casual, portanto, que se julgue “feia” a

variedade dos falantes de origem rural, de classe social baixa, com pouca escolaridade, de regiões culturalmente desvalorizadas. (...). Em resumo, julgamos não a fala, mas o falante, e o fazemos em função de sua inserção na estrutura social. (ALKMIM, 2001, p. 42)

Veremos, a seguir, que os equívocos que respaldam a visão da língua única e correta respaldam também as afirmações feitas a respeito da língua(gem) dos idosos e nas patologias e geram um preconceito tão ou mais grave do que o preconceito que se tem contra os falantes e suas variedades sociais desprestigiadas. Tanto um quanto o outro levam à exclusão social. Sujeitos que foram vítimas de AVCs (Acidentes Vasculares Cerebrais: os *derrames*) ou que passaram a ter a linguagem e outras funções cognitivas comprometidas por demências, como a de Alzheimer, mal de Parkinson, dentre outras, passam a ser vítimas também da ignorância e preconceito de familiares, amigos, colegas de trabalho e até mesmo de profissionais da saúde que não compreendem bem o que está alterado na linguagem, na memória e em outros domínios cognitivos.

Para tratar de questões mais diretamente relacionadas às questões de língua(gem) nas patologias, recorreremos à Neurolingüística Discursiva, por sua vez também *avessa* a uma neurolingüística tradicional, mecanicista, que caracteriza a maior parte dos trabalhos desenvolvidos sobre língua(gem) nas patologias e mesmo quando se refere ao processamento *normal*.

Veremos que, tanto na normalidade quanto nas patologias, são excluídos todos os que não se encaixam nos padrões de correção de linguagem. As questões acima colocadas devem se constituir como um cenário diante do qual as questões sobre a linguagem dos idosos e nas patologias serão analisadas a seguir.

A linguagem dos idosos – entre o normal e o patológico

*Além de ser um destino do indivíduo,
a velhice é uma categoria social.*

(Ecléa Bosi)

Neri (1991) aponta para a escassa literatura a respeito dos fenômenos ligados à “velhice” no Brasil e para a existência de dados conflitantes da literatura estrangeira, tanto pelas próprias características da área de estudo que se debruça sobre os fenômenos – a Gerontologia – mas também porque os resultados ou dados obtidos em outros países não podem ser aplicados ou generalizados para nossa realidade. A autora relata “as dificuldades inerentes a se lidar com uma área de pesquisa atórica, muito segmentada e freqüentemente acrítica”, segundo ela “aumentadas pelo fato de o discurso da Gerontologia referir-se predominantemente à velhice como “problema”, “questão social” ou “doença”, e às atitudes negativas em relação à velhice como importante determinante da situação do velho”. É de se esperar, partindo de tais definições, que também a linguagem dos idosos seja estigmatizada, já que, segundo Alkmim (2001), as atitudes contra as variantes lingüísticas são julgamentos de natureza política e social; “julgamos não a fala, mas o falante, e o fazemos em função de sua inserção na estrutura social”.

Desde a década de 90, quando Neri realizou seu trabalho, até o presente, é inegável a mudança que se observa na Gerontologia e na própria Geriatria na abordagem do tema do envelhecimento, principalmente quando ligado à questão da qualidade de vida dos sujeitos idosos, numa perspectiva mais preventiva do que corretiva, oferecendo um panorama muito mais promissor para a saúde. Entretanto, apesar de se investir nas atividades físicas que proporcionam bem-estar, no cuidado

com a alimentação para se evitar doenças (próprias das alterações no metabolismo) e um melhor preparo psicológico para lidar com a questão das perdas e do próprio processo de envelhecimento, pouco se tem feito para evitar a exclusão desses sujeitos em círculos sociais que antes freqüentava.

A aposentadoria precoce muitas vezes é o fator que desencadeia alterações bruscas nesses círculos sociais. Uma minoria da população tem na aposentadoria uma chance de melhorar a qualidade de vida. Os idosos pertencentes às classes sociais mais elevadas conseguem enfrentar a velhice geralmente sem muitas preocupações econômicas, têm a oportunidade de viajar sem pressa para realizar antigos sonhos, alimentar-se bem, comprar os remédios geralmente caros indicados pelos médicos etc. Nestes casos, o termo recentemente criado “melhor idade” para substituir “terceira idade” parece ser adequado. Numa situação como a do Brasil, entretanto, não é absolutamente o que ocorre em larga escala. A aposentadoria passa a ser um motivo para mais preocupações, com a progressiva diminuição da renda e aumento de gastos com saúde. Os idosos passam a ser auxiliados pelos filhos, quando têm a sorte de poderem contar com isso. Ao mesmo tempo, tal situação os coloca em estado de constrangimento, de isolamento, ocasionando muitas vezes a depressão e, em pouco tempo, a presença de declínios cognitivos que, por sua vez, aumentam ainda mais o isolamento, a falta de interação, levando ao abandono pela família e pelos amigos. Infelizmente este parece ser o destino de uma boa parte dos idosos em nosso país.

Preti (1991), ao tratar da linguagem dos idosos, refere-se aos velhos como “um grupo de minoria, sujeito a um tratamento estigmatizador por parte da comunidade, a ponto de não conseguirem mais definir um papel social que lhes permita preservar a própria imagem social”. Afirma

ainda que “esse conflito com o meio ambiente tem suas conseqüências na comunicação lingüística dos idosos, com marcas específicas ao nível prosódico, léxico, sintático e, principalmente, discursivo ou conversacional”.

Quase duas décadas após os trabalhos de Preti e de Neri, os dados estatísticos do IBGE nos informam que os idosos não são mais “um grupo de minoria”, mas que a população do Brasil é agora “predominantemente velha”. Preti já chamava a atenção, naquela época, em que se previa o aumento significativo da população de idosos, para o fato de que “longe de os idosos merecerem uma maior atenção da comunidade, o que se nota é que a idade vem constituindo-se, cada vez mais, num fator crescente de discriminação social” (PRETI, 1991, p. 21). O autor relata uma pesquisa realizada nos Estados Unidos por Sebastian, Ryan e Abott (1981), que consistia na avaliação de gravações de fala de idosos por ouvintes mais jovens. Os resultados revelavam que aos idosos eram associadas características negativas, tais como lentidão, dependência, passividade, fraqueza, incompetência e pobreza e ainda a “pessoas fisicamente incapazes, menos inteligentes, deficientes quanto ao nível educacional e de baixo *status* financeiro”, os valores são “incompatíveis com uma sociedade onde prevalecem valores como inteligência, sucesso pessoal, ambição, atividade, saúde física, independência”.

O panorama acima descrito ajuda a compreender a lacuna na produção de trabalhos sobre a linguagem dos idosos e sobre as mudanças que tanto os aspectos estruturais quanto os discursivos vão sofrendo ao longo da vida de um indivíduo ou de uma faixa etária. A sociolingüística tem como um de seus objetos de análise as características lexicais e estruturais da fala dos grupos etários. Há poucos trabalhos, entretanto, que se dedicam a descrever e a explicar as alterações, sobretudo estilísticas,

no discurso dos idosos. As alterações são graduais ao longo da vida do indivíduo, assim como o próprio processo de envelhecimento. O que se percebe é que quando o papel social do idoso se altera com a perda do *status* social em um determinado momento de sua vida, características de sua linguagem passam a ser também recusadas ou tidas até como *sintomas* de uma patologia. Não deve soar estranho, a qualquer um de nós, afirmações a respeito da linguagem de um sujeito idoso, como: *não fala mais coisa com coisa, fulano repete sempre a mesma coisa, coisa de velho, fulano só fala do passado* etc. Tais julgamentos também pretendem justificar para a sociedade decisões como a de colocá-los em instituições que, “longe de proporcionarem uma integração dos idosos, na verdade, servem para condená-los a uma vida isolada, silenciosa, introspectiva”. Preti (1991, p. 24) sintetiza a situação em que os idosos são colocados: “a ordem é descansar, os diálogos escasseiam, principalmente com pessoas de fora, cortando-se as amarras com a comunidade e com a família”.

Marcuschi (1991, p. 10) afirma que se alguém perguntar a respeito do que se entende por “conversa de velhos”, certamente serão lembradas as seguintes características “é uma conversa comprida, sem fio, arrastada, pausada, cheia de histórias, lembranças do passado e por aí afora”. O autor diz que, se por um lado isso contém algumas verdades, por outro “revelaria uma atitude preconceituosa e estigmatizadora” e afirma, ainda, que se trata de uma “comprovação clara de que a linguagem é mais do que um simples instrumento de comunicação; é também um componente decisivo na formação de preconceitos sociais”. O autor faz tais considerações no prefácio do livro de Preti (1991) sobre a linguagem dos idosos, enfatizando que a “conversa de velhos” não se mostra como um evento caótico, “mas é organizado, regular e revelador, constituindo um fator central na construção da identidade social. Tão forte quanto fatores como classe social, religião, sexo e raça”. As estratégias utilizadas pelos

idosos “em contextos de interação verbal constituem atividades com o objetivo de resistir e preservar sua imagem social no processo natural de envelhecimento”.

Segundo Preti:

(...) ocorrências como excesso de pausas e sua presença em locais absolutamente inesperados do discurso; repetições; abandono de segmentos; maior desorganização sintática; sobreposições de vozes; disfluência; assaltos e entregas de turno etc., passam a compor um quadro absolutamente normal, dentro do qual a linguagem dos idosos apresenta marcas específicas que podem ser vislumbradas nos campos prosódico, sintático, léxico e, sobretudo, discursivo ou conversacional. (PRETI, 1991, p. 16)

Goffman (1971) define a conversação como um jogo com regras marcadas, negociadas previamente, dentro dos parâmetros culturais de uma sociedade, como “um sistema de práticas, convenções e regras de comportamento”. Baseado nisso, Preti (1991) afirma que se pode entender como a lentidão, natural das reações dos idosos, “impede o processamento, recepção e compreensão das informações, numa velocidade considerada compatível com os padrões conversacionais dos mais jovens”. Cita estudos de Helfrich (1979), que indicam que na velhice não só os aspectos motores estão enfraquecidos, mas os cognitivos, o que traz como reflexos na linguagem o aumento das pausas, das hesitações, produção de movimentos articulatórios não muito precisos etc. Essas dificuldades impactam também a organização do discurso, agravada ainda por dificuldades com a memória para se lembrar de fatos. Há instabilidades também na categoria *tempo*, o

20

que pode dar a impressão de um discurso sem nexos. Segundo Goffman, a instabilidade é própria do processo de envelhecimento e os idosos podem passar de um mutismo habitual para uma situação de grande loquacidade, quando têm oportunidade de se fazerem ouvir com atenção por seus interlocutores. Também a “descontinuidade é um fenômeno absolutamente normal na linguagem oral, nos falantes de qualquer faixa etária”, afirma o autor.

Preti retoma os estudos de Castilho (1986) sobre as várias formas de rupturas que podem ocorrer em todos os níveis, quando se analisa a conversação: descontinuidade do tema, pela interferência de segmentos parentéticos (nível pragmático), ocorrência de frases interrompidas (nível sintático), hesitações e truncamentos de vocábulos (nível lexical) e a presença de pausas (nível fonológico). Tais fenômenos mostram-se de forma exacerbada na linguagem dos idosos e explica em parte as características de sua linguagem.

Jubran et al. (1988, p. 3 apud PRETI, 1991, p. 33) afirmam que a fragmentação do discurso oral é decorrente da quase simultaneidade entre a manifestação verbal e a construção do discurso, bem como da rapidez de sua produção. Preti ressalta que é esse dinamismo que contrasta com a natural lentidão psicofísica do idoso, além de ser um discurso recheado de relatos de experiência passada. A descontinuidade maior no discurso dos idosos, que interfere na organização interna, exige, de seus interlocutores, maior atenção para perceber as relações tópicas. Outro fato observado nas pesquisas é o de que o idoso acaba se apoiando mais nas falas de seus interlocutores a fim de suprirem suas dificuldades psicofísicas, fazendo-nos lembrar do que ocorre também na fala de crianças, no processo de aquisição de linguagem, e nos enunciados de sujeitos com afasias, o que será visto no próximo tópico.

O autor transcreve um dado⁴ em seu trabalho, ao qual recorremos também para ilustrar a imagem que um falante idoso tem de si e de sua linguagem, em especial os enunciados que estão sublinhados. “Doc” refere-se ao Documentador, pesquisador que estava realizando a pesquisa e “L1” ao idoso que está sendo entrevistado:

Doc	: não: eu vou desligar, mas esTÁ ótimo, está muito bom ()
L1	: não... a gente não tem mais eu não tenho mais pro:: as eu não tenho mais nada sabe?
Doc	que nada? como não? O senhor falou aí oitenta minutos!
L1	()
Doc	sem parar... (o senhor acha que não tem nada?)
L1	[ahn:: mas <u>falei só tolice..</u>
Doc	ahn?
L1	<u>só tolice...</u>
Doc	não:: ()
L1	[nada nada do que eu queria falar não falei... nada daquilo <u>que eu queria falar...</u> Não falei porque não vem a momento não vem a a::...a...
L2	éh...
L1	: a senhora está percebendo <u>minha cabeça está cansada né não vem... não vem mais ao::</u>

⁴ O dado é parte do Projeto NURC (Norma Urbana Culta) coordenado por Preti & Castilho. As transcrições indicam marcas prosódicas. As maiúsculas, por exemplo, marcam a intensidade maior do enunciado. Os dois pontos “:” marcam os prolongamentos de vogais ou consoantes, as “...” reticências marcam as pausas e hesitações.

O dado ilustra a outra explicação possível para muitas das freqüentes pausas, hesitações, recomeços e mesmo para o abandono de tópicos: a ação de condicionadores sociais. Vemos claramente, no dado acima, que o falante (L1) se percebe numa posição social inferior, numa relação assimétrica, julgando seu próprio discurso como sendo apenas “tolice”. O mesmo poderá ser observado, mais adiante, nos dados de sujeitos afásicos, que não se vêem mais como sendo *competentes na sua própria língua*.

Preti (1991, p. 49) conclui, com relação às características da linguagem do idoso, que “as diferenças básicas entre sua linguagem e a dos falantes mais jovens residem mais na intensificação das características comuns a ambos, do que propriamente a traços específicos”. Isso nos leva de volta às questões levantadas por Alkmim, a respeito de o preconceito ser explicado mais como uma atitude ante a língua, por questões de natureza política e social.

O preconceito lingüístico e a exclusão social nas chamadas *patologias de linguagem*⁵

A palavra favorita da neurologia é “déficit”, significando deterioração ou incapacidade de função neurológica, perda da fala, perda da linguagem, perda da memória, perda da visão, perda da destreza, perda da identidade e inúmeras outras deficiências e perdas de funções (ou faculdades) específicas. Para todas essas disfunções (outro termo muito empregado), temos palavras privativas de todo tipo – afonia, afemia, afasia,

⁵ Este tópico foi desenvolvido parcialmente no capítulo 5 da tese de doutorado da autora: *Contribuição do estudo discursivo para uma análise crítica das categorias clínicas*, defendida em 1999, no IEL/UNICAMP.

ou mental específica da qual os pacientes, em razão de uma doença, dano ou incapacidade de desenvolvimento, podem ver-se parcial ou inteiramente privados.
(Oliver Sacks)

A epígrafe acima foi escolhida justamente por revelar um preconceito embutido já na terminologia ou nos “rótulos” atribuídos às síndromes neuropsicológicas, sempre em função de perdas ou de déficits em relação ao que se considera “normal”. Segundo o autor (1997, p. 103), “déficit é um termo muito prezado pela neurologia – o único, de fato, para indicar qualquer distúrbio de função. Ou uma função (...) é normal ou é defectiva ou imperfeita”. Sendo assim, questiona: “que outra possibilidade existe para uma neurologia mecanicista, que é essencialmente um sistema de capacidades e conexões?” A saída estaria em conceber uma neurologia que se estabeleça a partir de princípios novos. Afirmar que “nossa concepção do sistema nervoso – como uma espécie de máquina ou computador – é radicalmente inadequada e precisa ser suplementada por conceitos mais dinâmicos, mais vivos”. O autor diz que deveria ser central, nos estudos sobre as patologias, a questão da relação do sujeito com sua doença, o caráter pessoal de um caso, já que uma doença nunca é uma simples perda ou excesso; existe sempre uma reação, por parte do organismo ou indivíduo afetado, para restaurar, substituir, compensar e preservar sua identidade.

Este “sujeito”, resgatado na neurologia de Sacks, é justamente o elemento excluído pela ciência do século XXI. Lembramos aqui das palavras de Foucault (1998) a respeito da “vontade de verdade de uma época”, para ressaltar que é a objetividade nas ciências – sobretudo na área das ciências biológicas – que faz com que se postulem teorias em que se exclua o *sujeito*. A ciência orienta-se por modelos idealizados, nos quais o *normal* tem como parâmetro o *ideal*. Sacks (1997, p. 18) afirma que “a neurologia clássica está

mais voltada para os esquemas do que para a realidade”, ao falar do tipo de estudo realizado sobre as síndromes do hemisfério esquerdo. É em noções como as de *cérebro médio* e de *processamento normal* que a Neuropsicologia busca suporte para suas teorias, como afirma Mecacci (1984).

Mesmo na Lingüística, temos correntes que excluem o sujeito, em nome da objetividade, sendo bastante comum também que se tome como modelo para compreender a linguagem – na normalidade e na patologia – uma noção como a de *falante ideal*⁶. Tais modelos refletem a concepção de língua como um sistema estático, fechado, no qual não há espaço para a variação e para a atividade dos sujeitos.

O movimento e o dinamismo que são inerentes à língua, à linguagem, às atividades dos sujeitos, por sua vez, são valorizados por outras correntes que, sob uma orientação discursiva, valorizam a natureza constitutiva do sujeito e da própria língua, o que modifica substancialmente não só a abordagem teórica das categorias clínicas, mas, sobretudo, os procedimentos metodológicos de avaliação e de acompanhamento terapêutico na reconstrução dos processos de significação pelos sujeitos (Coudry, 1988).

Vamos retomar rapidamente a discussão que se fez no início deste texto, que é válida também para quando tratamos da linguagem dos idosos e da linguagem nas patologias, citando Alkmim, quando critica o fato de que a sociedade não aceita as diferenças:

A não aceitação da diferença é responsável por numerosos e nefastos preconceitos sociais e, neste aspecto, o preconceito lingüístico tem um efeito particularmente negativo. A

⁶“Falante ideal” é uma noção postulada pela teoria gerativista, baseada nos modelos propostos por Chomsky desde meados da década de 1950, para compreender o conjunto de regras sintáticas que um falante de uma língua domina, isto é, sua “competência lingüística”.

sociedade reage de maneira particularmente consensual quando se trata de questões lingüísticas: ficamos unanimemente chocados diante da palavra inadequada, da concordância verbal não realizada, do estilo impróprio à situação de fala. A intolerância lingüística é um dos comportamentos sociais mais facilmente observáveis, seja na mídia, nas relações sociais cotidianas, nos espaços institucionais etc. A rejeição a certas variedades lingüísticas, concretizadas na desqualificação de pronúncias, de construções gramaticais e de usos vocabulares, é compartilhada sem maiores conflitos pelos não especialistas em linguagem. (ALKMIM, 2001, p. 42).

Pelos limites impostos a este trabalho, destacamos, a seguir, apenas alguns dados de episódios dialógicos em sessões do CCA (Centro de Convivência de Afásicos)⁷ e veremos que o primeiro deles tem muito a ver com o que vimos discutindo. Não apresentamos dados em que o preconceito seja revelado na fala dos interlocutores⁸, mas enunciados em que os próprios sujeitos se referem às atitudes preconceituosas da sociedade frente às suas dificuldades. Ao final, como ilustração do que se passa também com aqueles acometidos por outras síndromes, apresentaremos um trecho de entrevista em que a mãe de um sujeito surdo fala sobre o tipo de interação que tem com o filho.

⁷ O CCA (Centro de Convivência de Afásicos) funciona no espaço do LABONE (Laboratório de Neurolingüística), do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL)/ UNICAMP. Atualmente conta com três grupos, sendo o grupo III orientado e supervisionado por mim, desde agosto de 2006.

⁸ Seria praticamente impossível colher dados, em situações naturais, de enunciados em que o preconceito lingüístico seja revelado. Com exceção de algumas gramáticas tradicionais e em exemplos retirados da mídia, em que explicitamente se desvaloriza as variantes dos grupos sociais minoritários, na maioria das vezes o preconceito é velado ou transparece sutilmente. Na prática, se revela na recusa em interagir com os falantes desses grupos: caipiras, pobres, afásicos, surdos, sujeitos com diagnósticos de demências etc, com as mais variadas e infundadas justificativas.

O dado que se segue refere-se a uma sessão em que Iem e Imc (pesquisadoras) conversavam com os sujeitos sobre as perdas que se seguem ao episódio neurológico – derrame, cirurgia para extração de um tumor, dentre outras causas. **CI**, que tem uma afasia fluente, de grau mais leve, conduz a conversa em torno das dificuldades e do preconceito que ele e os outros passaram a sentir após terem se tornado afásicos. Outros sujeitos, com afasias motoras mais severas, EF e JB, posicionam-se concordando com as afirmações de CI. Os trechos em negrito são os que evidenciam as questões relativas às dificuldades dos sujeitos e ao preconceito e exclusão dos círculos sociais.

Iem	Quer dizer, além de toda dificuldade que a pessoa tem, com relação ao corpo, com relação à fala, tem outra. Na verdade, por conta disso, a falta do trabalho, a ausência de círculo social, quer dizer, isso também é uma coisa que afeta.
Imc	Perdas, quer dizer...
CI	Foge, todo mundo foge ! Os parente, até os parente foge..
Iem	É mesmo?
CI	É, até os parente foge. Só pai, mãe, irmãos, que não!
Imc	Mas talvez fujam porque não sabem lidar ...
CI	E eu recuperei. A família protege muito e tem muitos afásico, muitos hemiplégico que, que tá em casa! Que não sai de casa!
Iem	Quer dizer, não só não tem tratamento, como tá apartado da vida ...
CI	Um rapaz que mora pertinho de casa, pertinho é...é...é ... hemiplégico e afásico ! (...) A família protege e não sai de casa!
Imc	É, esconde ...
Iem	Isso revela um ...
Imc	preconceito ...
CI	Os irmão sai, as irmã sai, ele não sai de casa! Só televisão,só televisão ... só televisão
Iem	O isolamento social é uma coisa muito grave, né ?
Imc	Pra qualquer pessoa ! Não é só pra pessoa que tem um problema!
CI	Acorda de manhã, liga a televisão, vai dormir, desliga a televisão.
Iem	(dirigindo-se a EF, um senhor afásico) O senhor mostrou com a mão isso aqui, o senhor conhece quatro pessoas? Afásicas ? O senhor tem contato com elas?

EF	Tenho...tenho !
Iem	E elas tão como, na vida? Elas têm, elas procuraram algum tipo de ajuda, de terapia?
EF	Não, não, não .
Iem	Não?
CI	Só televisão, só televisão ... só televisão ... Quem é trabalhador, aí sente muita falta ...
Iem	Por quê?
CI	Perde o trabalho; perde o trabalho! Porque as empresas não considera é- é - é ... quem gosta de trabalhar!
Imc	MC: Hum, hum ... quer dizer: uma vez que você não consegue falar direito, já era!
CI	Então a aposentadoria não é pra-pra depressão, só a hemiplegia, né? Não é hemiplegia, é falta e tra ... de continuar a mexer... a trabalhar, voltar a trabalhar. Aí aposenta, aposenta por invalidar
Iem	Tá.
CI	Mas a afasia não é aposentadoria.. Todo mundo perdeu, individualmente, nós perdemos ... muitas coisas, né? ... Dinheiro! Agora ... afásico... nós não é ... aposentadoria não é considerada na lei trabalhista..
CI	É difícil a pessoa entender, ter paciência, pra entender a gente falar!
JB	É! Aí...ah
EF	Fásico! Fásico!
Iem	Aí você fica assim?
EF	Fásico! Fásico!
CI	Não tem paciência pessoa pra entender afásicos, não tem, não tem. Paciência zero! (...) corte no dado
CI	Porque a casa vivia cheia de gente, aí quando teve derrame cerebral...

O dado que acabamos de ver é auto-explicativo a respeito das dificuldades dos sujeitos afásicos e com relação também ao tratamento que recebem por parte da sociedade, por terem sido privados não só da linguagem, mas também do trabalho e das próprias interações sociais. Até os parentes fogem e a vida é reduzida a uma rotina muitas vezes restrita a assistir televisão. As pessoas não têm paciência para entender os afásicos: “Paciência zero!”, afirma **CI** que, como já dissemos, tem uma afasia mais leve e ainda consegue se fazer entender. **CI** era gerente de uma multinacional e estava no auge de sua carreira, quando foi acometido pelo episódio neurológico. Foi afastado não por sua afasia – que não é

prevista como doença nas leis trabalhistas – mas por sua hemiparesia: dificuldade motora que acomete também os membros superiores e inferiores, dependente da intensidade do derrame e da região cerebral que foi afetada. No próximo dado, vemos situação semelhante, relatada por uma senhora afásica idosa.

CL	Eu não sei falar, eu falo muito pouco... Quando eu falo dá pra entender, mas faço força pra eu falar, mexe aqui... //faz gesto sobre o peito indicando que faz um grande esforço// Agora eu fujo de festa... fujode tudo ... eu fui agora... né... no aniversário de dois netinhas... bisnetas...
Fono	Gabriela e Laís
CL	Eu, esse nome, eu num guardo.
Fono	Laís
CL	Gabriela ta na escola... Laís... tem um ano...
lem	A senhora fez tudo pra não ir na festa delas?
CL	Eu fui... fui no aniversário e até escrevi pra ela...
lem	Fala um pouco mais sobre esta conduta da senhora...procurar não ir às festas
CL	Não ir porque ninguém sabe que eu tenho assim... e vão falar comigo e eu não posso responder, então...
lem	Talvez a senhora não queira, mas a senhora pode...
CL	Eu respondo, mas fica mal pra mim assim. Acho que não gosta. Agora casou a neta da minha irmã, eu não fui...
lem	A senhora não quer se expor, falando dessa maneira, não é isso?
CL	Eu não quero expor porque vem conversar comigo e eu não posso responder direito né, então... prefiro não ir... (...) Mas eu fui numa festa que houve agora Então eu procurei ficar perto de uma senhora velha que sabia que eu tava doente... eu falei só com ela. Com os outros não falei. Eu fui cumprimentar as crianças, dei presente, mas não falei... com ninguém.
lem	<i>pergunta se eles se afastam ou evitam uma reunião social, uma festa, por causa de seus problemas de expressão e os sujeitos confirmam</i>
lem	Sr. SP também?
SP	O... o único lá... lá... baile...isso eu vô lá e... minha mulher... o filho vai lá..., mas festa... (...) Eu não gosto para ... que... agora... agora..
lem	Quando o senhor tá com os amigos, a família...
CL	Quando a gente quer falar alguma coisa e não fala, então...
SP	Num sei... então... vai lá fala “SI, SI, NO, NO, SI, SL” // remetendo a um discurso direto, indicando que acaba apenas concordando com os outros// Ái tá certo. Mas...// faz um gesto com a mão, próximo à boca como que indicando que as palavras não saem// Fala um pouco, mas... depois... “esqueci” // remetendo a um discurso direto//

O dado anterior revela uma situação recorrente na vida dos afásicos que são, muitas vezes, excluídos das interações sociais até mesmo nos círculos familiares. CL *foge* das festas, ou então senta-se “ao lado de uma senhora velha”, que sabe de seus problemas. Prefere não ir aos lugares a expor-se, o que também ocorre com SP. Suas respostas indicam claramente que eles não se satisfazem com a linguagem que conseguem produzir. SP afirma que muitas vezes limita-se a demonstrar que concorda ou não com o que os outros dizem. Os dados exibem, dessa forma, os reflexos que a afasia provoca nas atitudes dos afásicos, na disposição - ou não - para manterem-se ativos no jogo dialógico e isso se deve, geralmente, ao fato de serem excluídos das interações verbais. Na maioria das vezes, observa-se tanto familiares como amigos (e também os médicos e terapeutas) falando *sobre* os sujeitos, mas não *com* os sujeitos. A exclusão social pode se dar de muitas maneiras: desde a recusa a participar em interações lingüísticas com afásicos ou sujeitos com outras síndromes ou até mesmo no modo de conceber o que seria “suficiente” para o sujeito. A esse respeito, cito um exemplo extraído de Souza (1998, p. 59-60), referida aqui como “pesquisadora”, em um episódio em que entrevista a mãe de um dos sujeitos surdos que acompanhava terapeuticamente:

Pesq:	Vocês conversam?
Mãe	A gente se entende.
Pesq:	Como?
Mãe	Por gestos, falando, não sei.
Pesq:	A senhora usa os gestos da linguagem de sinais?
Mãe	Aquela que os surdos fazem? Não. Eu não sei eles não. As vezes ele me ensina um ou outro gesto, mas ele também não sabe muito; diziam que atrapalhava a fala e aí a gente controlou um pouco, né? Mas também não dá pra falar sem gestos, a gente tem uns nossos que dá para ele contar as coisas dele, que acontece aqui, lá na igreja...
Pesq:	E o pai, conhece esses gestos?
Mãe	O pai fica menos com o menino, mas dá para o básico.
Pesq:	Esse modo de comunicação de vocês é suficiente para vocês?
Mãe	Ah é!
Pesq:	Permite que você fale com ele de tudo? Assim como você fala com sua filha?
Mãe	Ah não!
Pesq:	Por quê?
Mãe	Por quê? Porque é difícil às vezes explicar para ele assim, não sei dizer, as coisas, porque as coisas acontecem. Deixe -me tentar explicar: dá para dizer “o que é”, “o que aconteceu”, mas “porque” e “como”, às vezes “quando” é difícil. Não é a mesma coisa que com a Júlia, não é não. Mas não sei explicar melhor.

Souza (1998, p. 60) utiliza-se desse episódio para ilustrar a natureza do sistema lingüístico constituído por mãe e filho. Em sua análise, afirma que: “ao que parece, o sistema construído por ambos é restrito, o que também restringe as possibilidades e a qualidade da interação verbal entre eles; em decorrência, a atividade mental do filho também se limita. Talvez não vá além do nível inferior da ideologia do cotidiano”.

O dado nos mostra⁹, assim como os dados anteriores entre os afásicos, a impossibilidade do tratamento *exaustivo* de certos temas pelo sujeito, questão apontada por Bakhtin a respeito do *intuito discursivo*, do *querer-dizer*, o que com certeza não depende apenas dos sujeitos surdos ou afásicos, mas também do tipo de interação que eles têm com seus interlocutores no jogo dialógico. A avaliação da mãe em relação às dificuldades do filho surdo traduz-se nos trechos em que ela responde à investigadora que esse modo de comunicação *é suficiente, que dá para o básico*. Entretanto, reconhece que não é como conversar com a filha, que não é surda. Há um limite: pode-se falar sobre *o que alguma coisa é, o que aconteceu*. Torna-se impossível, entretanto, explicar e compreender fatos de natureza mais complexa – *como e porque*, às vezes *quando* um fato aconteceu.

Os muitos equívocos com relação ao uso de linguagem de sinais são desastrosos para o desenvolvimento cognitivo dos surdos e restringem ainda mais a sua participação em comunidades de fala. Não nos aprofundaremos aqui nas questões que dizem respeito à surdez. O episódio acima tem como objetivo apenas ilustrar que o preconceito lingüístico é uma realidade para qualquer comunidade que seja *diferente* do é considerado pela sociedade como sendo *normal*.

Considerações finais

O objetivo deste artigo foi o de explicitar a relação existente entre o preconceito contra variantes lingüísticas desprestigiadas socialmente – que, segundo Alkmim (2001), se revela como uma atitude

⁹ O preconceito contra a língua de sinais também é infundado, gerado por equívocos como o de que atrapalharia a fala, evidentemente por causa do valor que tem a linguagem oral em nossa sociedade. Ainda hoje há escolas e instituições que privilegiam a oralização dos surdos e evitam ou proibem o uso da língua de sinais.

política e social ante a língua - e o preconceito contra a linguagem de sujeitos idosos e contra aqueles que tiveram comprometimentos lingüísticos em função de síndromes orgânicas ou neuropsicológicas¹⁰.

Foram apresentados alguns dados de episódios dialógicos em que os próprios sujeitos se mostram como vítimas do preconceito e que são também ilustrativos do fato de que se auto-avaliam negativamente com relação à sua competência lingüística, em posição de inferioridade nas interações com pesquisadores e mesmo em seus círculos sociais.

Resta destacar, para finalizar este artigo, que a perspectiva aqui adotada, com relação à linguagem nas patologias, é respaldada pela Neurolingüística Discursiva, desenvolvida por Coudry, desde o início da década de 80. Ao contrário da Neuropsicologia ou da Neurolingüística desenvolvidas sobretudo nos Estados Unidos e fortemente voltadas para questões neurológicas e baseadas numa visão mecanicista do cérebro, a Neurolingüística Discursiva (que caracteriza os trabalhos realizados no IEL/UNICAMP), respalda-se na Lingüística, mais especificamente nas teorias enunciativas e discursivas. Ressalta a relação do sujeito com a linguagem, tanto no que diz respeito às suas formulações teóricas sobre o normal e o patológico, quanto no trabalho desenvolvido no Centro de Convivência de Afásicos.

¹⁰ É evidente que uma análise mais aprofundada revelaria características mais particulares de cada um dos grupos tratados neste trabalho – o dos idosos, o dos afásicos, o dos surdos - e das atitudes lingüísticas dos interlocutores, frente cada um desses grupos. No caso dos idosos, geralmente não há paciência porque eles falam demais, porque se remetem ao passado a todo o momento - por meio da inclusão de estruturas parentéticas, mudança de tópico discursivo etc. Já no caso dos afásicos, não há paciência para esperar que organizem seus enunciados ou então para interpretar suas falas muitas vezes elípticas, telegráficas ou repletas de pronúncias “distorcidas”, com trocas de palavras etc. Um dos objetivos do texto é justamente sensibilizar para a necessidade de se aprofundar o tratamento dessas questões, já que o preconceito lingüístico é um fato muitas vezes gerado pela ignorância sobre a natureza e funcionamento da língua(gem).

Uma das questões relevantes para a Neurolingüística Discursiva diz respeito ao preconceito lingüístico e social contra a linguagem de sujeitos acometidos por patologias. Busca-se contribuir para a (re)organização de sua linguagem e de seus papéis sociais, como sujeitos, apesar das alterações nos vários níveis lingüísticos, para as quais os prognósticos nem sempre são favoráveis.

Este trabalho teve como objetivo principal chamar a atenção de estudiosos de outras áreas, mas também de leigos, para as questões aqui tratadas, por acreditarmos que a compreensão sobre a natureza da linguagem possa auxiliar a dissipar tais preconceitos.

PINTO, Rosana do Carmo Novaes. Linguistic prejudice and social exclusion in normal and “pathological language”. *Avesso do Avesso*, Araçatuba, v.6, n.6, p. 8 - 36, ago. 2008.

Abstract: This article discusses issues related to the linguistic discrimination and social exclusion both in *normality* as well as in the so-called language pathologies. In the former case, it refers to the discrimination against linguistic varieties with no prestige at all, of speakers of lower social classes, to which are attributed labels like: “the ones who do not know how to speak a language”. After that discussion, the text deals with the prejudice against individuals whose language was compromised by organic or neuropsychological syndromes (as in aphasia or related to other cognitive disorders) and also against the language of the elder people, situated on the border line between normality and pathology. These issues are addressed from the perspective of Linguistics - the science that aims to describe and explain the nature and functioning of language,

dissipating linguistic and social discrimination and also of the Discursive Neurolinguistics developed at IEL/UNICAMP.

Key-words: Linguistic discrimination. Language pathologies. Social exclusion.

REFERÊNCIAS

- ALKMIM, T. Sociolingüística. In: MUSSALIN, F. ; BENTES, A. (Orgs). **Introdução à lingüística: domínios e fronteiras.** São Paulo: Cortez, 2001. p. 21-27. v. 1.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal.** São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos.** São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- CASTILHO, A.; PRETI, D. **A linguagem falada culta na cidade de São Paulo.** São Paulo: T.A. Queiroz Editor; FAPESP, 1986. v. 2.
- COUDRY, M. I. H. **Diário de Narciso: discurso e afasia.** São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- FOUCAULT, M. **O nascimento da clínica.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998
- GNERRE, M. **Linguagem, escrita e poder.** São Paulo: Martins Fontes, 1985.
- GOFFMAN, E. **Relations in public.** New York: Penguin, 1971.
- MARCUSCHI, L. A. Apresentação. In: PRETI, D. **A linguagem dos idosos.** São Paulo: Contexto, 1991. p. 9 - 13.

- MECACCI, L. **Conhecendo o cérebro**. São Paulo: Nobel - Instituto Italiano di Cultura di São Paulo, 1984.
- NERI, A. **Envelhecer num país de jovens**: significados de velho e velhice segundo brasileiros não idosos. Campinas: UNICAMP, 1991.
- NOVAES-PINTO, R. **A contribuição do estudo discursivo para uma análise crítica das categorias clínicas**. 1999. 271 f. Tese (Doutorado em Lingüística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas, 1999.
- POSSENTI, S. **Por que (não) ensinar gramática na escola?** Campinas: Mercado de Letras, 1996.
- PRETI, D. **A linguagem dos idosos**. São Paulo: Ed. Contexto, 1991.
- SACKS, O. **O homem que confundiu sua mulher com um chapéu**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- SACKS, O. **Um antropólogo em Marte**: sete histórias paradoxais. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SOUZA, R. M. **Que palavra te falta?:** lingüística e educação: considerações epistemológicas a partir da surdez. São Paulo. Martins Fontes, 1998.